

Maior eficiência econômica e técnica depende do suporte das políticas públicas



Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros e Lucilio Rogerio Aparecido Alves *

O milho é cultivado em todas as microrregiões do Brasil; diz-se, no senso comum, que nas regiões em que há produção de frangos, suínos ou mesmo de bovinos, há produção de milho. A maior parte da produção de milho é comercializada, ao invés de ser consumida diretamente na própria fazenda. O que vem se observando é um conjunto de acentuadas mudanças ao longo da cadeia produtiva do milho, a começar por ajustes nos sistemas produtivos agrícolas, passando pelos mecanismos de comercialização, inclusive a formação de preços. As alternativas de uso do milho vão se ampliando, para além de ração animal — que tem sido o lastro sobre o qual se assenta o importante crescimento dos segmentos de produção animal, para o qual se projeta crescimento de mais de 30% nos próximos 10 anos. A indústria vem incrementando o emprego do milho como insumo na fabricação de produtos como lisina, itens biodegradáveis, isoglucose, etanol etc.

No setor produtivo agrícola, o que prevaleceu, no passado, no Brasil foi o cultivo de milho de primeira safra ou safra de verão. Ainda na temporada 1990/91, aproximadamente 94% da produção nacional ocorria na primeira safra; os demais 6%, na segunda safra. Na temporada 1995/96, a oferta da segunda safra passou a representar 12,5% da oferta total; em 2000/2001, 18,7%; em 2005/06, 25,5%; em 2010/11, 44,7%; chegando, na temporada 2013/14, a 58,2%. Essa mudança na participação das ofertas da primeira e da segunda safras foi possível graças ao avanço tecnológico e a ajustes, nos períodos de cultivo, com impacto, inclusive, no cultivo de soja na primeira safra, principal cultura que antecede o milho de segunda safra. O processo foi favorecido pela expansão do consumo interno e, também, pelas oportunidades de exportação, que absorveram o excedente doméstico.

Do ponto de vista da tecnologia, o milho e a soja interagem no contexto de um sistema produtivo em que a oleaginosa ocupa o solo no verão, seguida pela gramínea. Intensificar o uso do solo é o objetivo: os produtores passaram a antecipar o cultivo de soja e/ou utilizar sementes de ciclo curto, visando à colheita em período que ainda permita o cultivo de milho, contando com as chuvas entre o final do verão e a primeira parte do outono — este desafio é maior no Cerrado brasileiro.

Especialmente no Cerrado, o cultivo de segunda safra passou a ser uma alternativa para reduzir os custos fixos da atividade agrícola, racionalizando o uso de máquinas, mão de obra etc. Graças à técnica do plantio direto, reduz-se o impacto sobre o solo por meio do cultivo mínimo e da sua cobertura contínua com plantas e resíduos vegetais. O controle adequado de pragas e doenças é parte integrante da tecnologia empregada. Também foi importante a liberação do



PREIMAGES / MATCZUPNOC

Cultivo da 2ª safra passou a ser alternativa para reduzir os custos fixos e racionalizar uso de máquinas, mão de obra etc.

uso comercial de “eventos” geneticamente modificados, a partir de agosto de 2007. Até o final de 2014, foram cerca de 20 aprovações de “eventos” comerciais para a cultura do milho no Brasil.

Considerando 14 anos – ou seja, safras entre as temporadas 2000/01 e 2013/14 – o milho de primeira safra apresentou taxa de crescimento médio da área negativo de 3,1% a.a.; a produtividade, por sua vez, cresceu 4,1% a.a., fazendo com que, na média, a produção apresentasse taxa de crescimento positiva de 0,9% a.a. Em contrapartida, no milho de segunda safra, a área colhida teve crescimento médio de 10,4% a.a., ao mesmo tempo em que a produtividade avançou a 6,2% a.a., levando a um ganho de médio de produção de 17,2% a.a.. Ao analisar, conjuntamente, primeira e segunda safra, a área total de milho no Brasil teve um crescimento médio no período de 1,9% a.a.; e a produtividade, de 4,7% a.a., resultando em taxa de crescimento médio da oferta agregada de 6,7% a.a.

Taxas de crescimento da produtividade como esta não são tão comuns de se observar no agronegócio, mostrando o forte dinamismo do produtor de milho brasileiro. Mesmo assim, outros desafios persistem. Primeiro, é importante ter em mente que o risco da atividade é expressivo; há risco de preço, com oscilações acentuadas entre os anos e oscilações distintas entre regiões num mesmo período. A formação dos preços depende mais, ainda, de fatores domésticos do que dos internacionais. Além disso, os produtores planejam o ano-safra visando, por exemplo, ao cultivo de soja seguido do de milho, mas a venda da produção de milho pode ocorrer entre 9 e 12 meses após a decisão inicial. Com isso, pode haver descasamento entre o custo de produção e a receita efetivamente recebida – que pode diferir bastante da esperada.

Além do risco de preço, há o risco climático ou de produtividade. Antecipar o cultivo de soja, em si, já eleva o risco da

safrade verão, pois uma variação climática pode impactar o desenvolvimento da lavoura, especialmente no caso de uso de variedades de ciclo curto. Ademais, na segunda safra, as condições climáticas tendem a ser ainda mais imprevisíveis. Podem ocorrer geadas em localidades das regiões Sul, Sudeste e, também, no Sul de Mato Grosso do Sul (onde o milho de segunda safra concorre em área com o trigo), enquanto pode haver baixo índice pluviométrico em todas as regiões (no Cerrado, há poucas opções ao milho na segunda safra).


Riscos de preços e de produtividade se consolidam no risco de renda. Aqui está o desafio maior dos formuladores de políticas públicas para o setor: desenvolver mecanismos que permitam aos produtores realizarem seguros de produtividade e *hedge* de preços. Os impactos sobre a produção agregada e a renda dos produtores podem ser substanciais, principalmente se mecanismos adequados forem divisados para o financiamento agrícola, atualmente bastante incerto e quase sempre insuficiente.

Uma tendência importante, para o mercado interno de milho, tem sido a expressiva taxa de crescimento do consumo, que foi, em média, de 3,6% a.a., entre as temporadas 2000/01 e 2013/14. Sem dúvida, o grande desenvolvimento observado nos mercados de proteína animal deu suporte ao consumo interno de milho: houve aumento da capacidade para uso do cereal de forma industrializada, porém, por enquanto, sua participação no consumo agregado é, ainda, baixa. De qualquer forma, este parece ser o segmento dentro da cadeia de milho que mais deve crescer nos próximos anos. Há vários projetos em desenvolvimento, no Brasil, seja para produção de amidos naturais, modificados, glicoses, seja para produção de etanol no Centro-Oeste do país.

Com a produção crescendo a taxas maiores que o consumo interno, o excedente exportável vem aumentando.

O importante é que o Brasil se mostra competitivo em preço e qualidade no cenário mundial. Em anos passados, soube aproveitar as oportunidades deixadas por outros países, especialmente Estados Unidos e Argentina. Entre as temporadas 2000/01 e 2013/14, a taxa de crescimento das exportações foi de 18,2% a.a., em média. Somente em 2013, as exportações de milho geraram receita da ordem de US\$ 6,3 bilhões; em 2012, a receita havia sido de US\$ 5,4 bilhões e, em 2014, de US\$ 3,9 bilhões. É importante ter em conta que a produção de milho está se concentrando na segunda safra e nos estados do Centro-Oeste. São regiões que ainda consomem apenas uma parcela de sua produção, visto que sua industrialização, que racionalizaria a logística, ainda está por se desenvolver. Assim, resta o desafio de escoamento dessa produção do grão para regiões consumidoras e, especialmente, para exportação.

Diante do maior excedente nas regiões de fronteira e da precariedade logística, os preços acabam sendo pressionados, reduzindo a renda dos produtores agrícolas. Como exemplo, nas regiões de Sorriso e Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, os preços ficam entre 40% e 60% inferiores aos valores de transações no mercado físico do porto de Paranaguá, Paraná. Este é o custo da logística! O escoamento da produção para exportação, via portos, das regiões Norte e Nordeste pode ser um ponto de inflexão nas transações e na formação de preços. Deficiências na integração regional fazem com que, em muitos anos, os preços de mercado recebidos pelos produtores fiquem abaixo dos valores de preços mínimos determinados pelo Governo Federal, estabelecidos visando ao pagamento dos custos variáveis de produção. Quando isso ocorre, há necessidade de o Governo realizar intervenções na comercialização, visando, em geral, ao escoamento da produção para regiões deficitárias e para o mercado externo.

Constata-se, portanto, que a cultura do milho se acha inserida na estrutura de uma cadeia produtiva que se alonga e se integra horizontalmente. É básica para o agronegócio dinâmico moderno e estratégica para o avanço quantitativo e qualitativo do consumo de alimentos no Brasil e no mundo. Só a interação entre os diversos elos da cadeia produtiva – produtores rurais de grãos e de proteínas animais, empreendedores e uma competitiva e moderna agroindústria – pode garantir maiores valores agregados, com benefícios a todos, inclusive ao consumidor. As instituições de pesquisa, em especial as universidades, têm desempenhado papéis fundamentais na formação de profissionais capacitados, na geração de tecnologia e na difusão de informações, para o aprimoramento do gerenciamento dos recursos produtivos escassos. Do ponto de vista das políticas públicas, espera-se que sejam atendidas as demandas do produtor rural, para viabilizar o uso contínuo e rentável da moderna tecnologia. Destacam-se o crédito rural oportuno e a custo adequado, os mecanismos de gerenciamento de risco, a instalação de sistema de armazenagem nas regiões deficitárias – que, no caso do milho, ainda chega a ser depositado “a céu aberto” em algumas regiões –, assim como o melhoramento da infraestrutura de energia e de transporte. 

* **Geraldo Sant’Ana de Camargo Barros** é professor titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da USP/ESALQ e coordenador científico do Cepea – USP/ESALQ (gsebarro@usp.br) e **Lucilio Rogério Aparecido Alves** é professor doutor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da USP/ESALQ e pesquisador do Cepea – USP/ESALQ (lralves@usp.br).



Cultura está inserida na estrutura de uma cadeia produtiva que se alonga e se integra horizontalmente